

## **PROGRAMA DO CURSO EM GESTÃO E DIREITO DA SAÚDE – 120 HORAS**

### **– REDE PÚBLICA DE SAÚDE (15 horas)**

#### **1. Sistema Único de Saúde (SUS)**

- 1.1. Antecedentes e a Constituição de 1988.
- 1.2. Rede descentralizada de atendimento à saúde.
  - 1.2.1. Competências dos entes federativos.
    - 1.2.1.1. União Federal.
    - 1.2.1.2. Estados-membros e Distrito Federal.
    - 1.2.1.3. Municípios.
- 1.3. Gestão pública da saúde.
  - 1.3.1. Hospitais e as unidades de pronto-atendimento (UPA).
  - 1.3.2. Tratamento ambulatorial.
  - 1.3.3. Fornecimento de medicamentos da cesta básica.
  - 1.3.4. Programas de dispensação especial de medicamentos.
- 1.4. Atuação administrativa da saúde.
  - 1.4.1. Ministério da Saúde.
  - 1.4.2. Secretarias Estaduais de Saúde.
  - 1.4.3. Secretarias Municipais de Saúde.
  - 1.4.4. Gestão compartilhada de recursos para a saúde pelos entes da Federação.
  - 1.4.5. Consórcios públicos de saúde.
- 1.5. O médico no sistema único de saúde.
  - 1.5.1. Ingresso e políticas de remuneração do médico no SUS.
  - 1.5.2. Programas assistenciais de atendimento médico.
  - 1.5.3. Fomento e capacitação do médico na rede pública.
  - 1.5.4. Incentivos públicos para atração dos médicos para o SUS.
- 1.6. A judicialização das políticas públicas de saúde.
  - 1.6.1. Estudo de casos da Justiça Estadual.
  - 1.6.2. Estudo de casos da Justiça Federal.
  - 1.6.3. O posicionamento dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

### **– REDE PRIVADA DE SAÚDE (25 horas)**

#### **2. Gestão de hospitais, clínicas e laboratórios privados.**

- 2.1. Gerenciamento de atendimento ao público.
  - 2.1.1. Capacitação para excelência no atendimento.
  - 2.1.2. Estrutura e logística de acessibilidade ao centro de saúde.
  - 2.1.3. Mídias informativas sobre os serviços disponíveis.
  - 2.1.4. Identidade visual e fidelização da marca para o público.
- 2.2. Gestão de convênios médicos.
  - 2.2.1. Políticas de preços e contrapartidas.
  - 2.2.2. Rede credenciada de médicos nos hospitais e clínicas.
  - 2.2.3. Rede credenciada para laboratórios de análises clínicas.
  - 2.2.4. Administração compartilhada entre hospitais e prestadores de serviços dos planos de saúde.

- 2.3. Gestão de consultas e internações ambulatoriais.
  - 2.3.1. Gerenciamento de pessoal e estrutura para atendimentos médicos.
  - 2.3.2. Coordenação da marcação de consultas X tempo médio de espera por atendimento.
  - 2.3.3. Procedimentos médico-cirúrgicos em hospitais e clínicas.
  - 2.3.4. Otimização das equipes de enfermeiros e médicos auxiliares nos procedimentos cirúrgicos.
- 2.4. Administração hospitalar.
  - 2.4.1. Atuação compartilhada e tomada de decisões.
  - 2.4.2. Gestão de pessoal administrativo e corpo médico.
  - 2.4.3. Gerenciamento de recursos de fundações hospitalares.
  - 2.4.4. Fomento e manutenção dos serviços fornecidos.

– DIREITO MÉDICO (35 horas)

3. Direito Médico.

- 3.1. Direito Médico – Introdução.
- 3.2. Medicina e Direito.
- 3.3. Natureza da relação médico-paciente.
- 3.4. Legislação e normas aplicadas ao Direito Médico (Conselho Federal de Medicina).
- 3.5. O contrato médico-paciente.
- 3.6. Responsabilidade Civil do Médico.
- 3.7. Responsabilidade Penal do Médico.
- 3.8. Comentários à Lei 12.842/13 (Lei sobre o exercício da medicina)
  - 3.8.1 Erro Médico
  - 3.8.2 As redes sociais virtuais e o médico
  - 3.8.3 Responsabilidade tributária do médico
  - 3.8.4 Repercussões jurídicas sobre o conceito de clínica
- 3.9. Reflexões sobre a bioética e o biodireito
  - 3.9.1 Reflexos do desenvolvimento biotecnológico
    - 3.9.1.1 Reprodução humana assistida
    - 3.9.1.2 Aspectos jurídicos gerais a respeito das células-tronco
    - 3.9.1.3 Clonagem humana
    - 3.9.1.4 Projeto genoma humano
    - 3.9.1.5 Patentes biológicas
    - 3.9.1.6 Transexualismo
    - 3.9.1.7 Doação de órgãos e tecidos
    - 3.9.1.8 Eutanásia
- 3.10 Responsabilidade Civil na relação médico-paciente
  - 3.10.1 Natureza jurídica da responsabilidade civil na relação médico-paciente
    - 3.10.1.1 Aplicação do Código de Defesa do Consumidor na relação médico-paciente
    - 3.10.1.2 Natureza contratual ou extracontratual
    - 3.10.1.3 Obrigações de meio e de resultado e a responsabilidade civil do médico

- 3.10.2 Responsabilidade Civil do médico plantonista e do médico residente
- 3.10.3 Responsabilidade Civil da pessoa jurídica envolvida na relação médico-paciente.
- 3.10.4 Causas excludentes de responsabilidade na relação médico-paciente.
- 3.10.5 Objeção de consciência e reponsabilidade do médico
- 3.10.6 Responsabilidade Civil do médico no contexto dos avanços biotecnológicos
- 3.10.7 Análise da responsabilidade civil na relação médico-paciente levando em consideração os planos de saúde
- 3.10.8 Responsabilidade Civil por dano estético
- 3.11 Responsabilidade Penal na relação médico-paciente
  - 3.11.1 Concurso de pessoas, o médico e o enfermeiro
  - 3.11.2 Espécies de penas
  - 3.11.3 Crimes praticados por médicos
    - 3.11.3.1 Crimes culposos contra a vida
    - 3.11.3.2 Aborto provocado com o consentimento da gestante
    - 3.11.3.3 Lesão corporal culposa
    - 3.11.3.4 Omissão de socorro
    - 3.11.3.5 Exposição de perigo a vida ou à saúde de outrem
    - 3.11.3.6 Constrangimento a tratamento ou cirurgia contra a vontade do paciente
    - 3.11.3.7 Violação do segredo profissional
    - 3.11.3.8 Omissão de notificação de doença
    - 3.11.3.9 Charlatanismo
    - 3.11.3.10 Concussão
    - 3.11.3.11 Direito Penal e o Biodireito
      - 3.11.3.11.1 Eutanásia e Ortotanásia
      - 3.11.3.11.2 Lei 9.434/97 (infrações penais)
      - 3.11.3.11.3 Lei 11.105/05 (infrações penais)
- 3.12 Apontamentos processuais penais
- 3.13 Jurisprudência criminal
- 3.14 Termo de consentimento informado
- 3.15 Testamento Vital
- 3.16 Direito Tributário aplicado na atividade médica (ISS e Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza)
  - 3.16.1 Equiparação das Clínicas e Laboratórios aos Hospitais
- 3.17 Direitos dos Médicos
- 3.18 Relação com pacientes e familiares
- 3.19 Doação e transplante
- 3.20 Relação entre médicos
- 3.21 Remuneração profissional
- 3.22 Sigilo profissional
- 3.23 Documentos médicos
- 3.24 Auditoria e perícia médica
- 3.25 Publicidade médica
- 3.26 Processo Ético-profissional
- 3.27 Julgamento do Processo Ético-profissional
- 3.28 Impedimentos e Suspeição

- 3.29 Nulidades processuais
- 3.30 Prescrição
- 3.31 Reabilitação profissional
- 3.32 Jurisprudência do Conselho Federal de Medicina

– SAÚDE SUPLEMENTAR: OS PLANOS E SEGUROS DE SAÚDE (30 horas)

4. A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e o controle da saúde suplementar no Brasil.

- 4.1. Planos e seguros de saúde: médicos.
  - 4.1.1. Gestão de investimentos – cooperativas médicas e sociedades empresárias de saúde.
  - 4.1.2. Administração das empresas prestadoras de serviço de saúde suplementar.
  - 4.1.3. Captação de profissionais para rede credenciada.
  - 4.1.4. Especialidades médicas e políticas de preços.
  - 4.1.5. Fiscalização das atividades e dos contratos de prestação de serviços médicos.
- 4.2. Planos e seguros de saúde: especialidades em odontologia.
  - 4.2.1. Políticas de gerenciamento para credenciados.
  - 4.2.2. [Des]credenciamento de especialistas e áreas de atuação no mercado.
  - 4.2.3. Formatos dos planos/seguros X necessidades dos usuários.
  - 4.2.4. Gestão da rede credenciada de clínicas especializadas e consultório.
- 4.3. O direito do consumidor e a saúde suplementar.
  - 4.3.1. Código de Defesa do Consumidor e a prestação de serviços de saúde.
  - 4.3.2. Defeitos de consumo e o não atendimento adequado ao usuário.
  - 4.3.3. Responsabilidade Civil da empresa médica e das operadoras de planos de saúde.
  - 4.3.4. Contratos de saúde e a jurisprudência dos Tribunais brasileiros.
  - 4.3.5. Estudo de casos: PROCON e Juizados Especiais Estaduais.
  - 4.3.6. Publicidade e expectativas sobre saúde e consumo.
- 4.4. Agência Nacional de Saúde Suplementar.
  - 4.4.1. Estrutura, organização e atribuições.
  - 4.4.2. Autorização de funcionamento das operadoras de planos de saúde.
  - 4.4.3. Fiscalização e cancelamento de registros na ANS.
  - 4.4.4. Ouvidoria para reclamações de usuários.

– FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA NO BRASIL (15 horas)

5. Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a fiscalização sanitária no Brasil.

5.1. A indústria de medicamentos no Brasil.

5.1.1. Registro e autorização para comercialização.

5.1.2. Indústria farmacêutica alopática e a política de preços brasileira.

5.1.3. O medicamento genérico: “quebra” e expiração dos prazos de patentes industriais.

5.1.4. Tratamento na ANVISA às demandas dos grandes laboratórios.

5.2. Sociedades empresárias e registros na ANVISA.

5.2.1. Empresas que necessitam de autorização para fabricação de produtos.

5.2.2. Farmácias de manipulação e a fiscalização dos procedimentos e das fórmulas.

5.2.3. Drogarias e a fiscalização sanitária de exposição/venda de medicamentos.

5.2.4. O programa “Farmácia Popular” e a atuação da ANVISA.

5.3. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

5.3.1. Estrutura, organização e atribuições.

5.3.2. As fases dos processos administrativos no âmbito da ANVISA.

5.3.3. Fiscalização e cancelamento de registros/autorizações de funcionamento.

5.3.4. Ouvidoria para reclamação de consumidores.